

# PARECER DE PLENÁRIO ÀS EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 177, DE 2023

## EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 177, DE 2023

Fixa o número de Deputados Federais; estabelece normas para a distribuição das vagas da Câmara dos Deputados entre os Estados e o Distrito Federal; e revoga a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993.

**Autora:** Deputada DANI CUNHA

**Relator:** Deputado DAMIÃO FELICIANO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2023, da Senhora Deputada DANI CUNHA, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, tendo sido a matéria remetida ao Senado Federal em 07 de maio de 2025.

Naquela Casa, sofreu alterações de mérito, remetidas de novo à Câmara dos Deputados em 25 de junho de 2025, sob a forma de Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2023. Foram apresentadas 4 emendas ao projeto, e aprovadas a emenda nº 2; bem como as emendas nº 1 e nº 4, com subemendas.

A Emenda nº 1, aprovada na forma de Subemenda do Senador relator, estabelece que, mesmo com o aumento de 18 deputados federais previsto no projeto, a despesa total relacionada ao exercício do mandato parlamentar deverá permanecer constante em termos reais, sendo corrigida a cada sessão legislativa. A norma congela as despesas nos valores do exercício de 2025, abrangendo verbas de gabinete, cotas parlamentares, passagens aéreas e auxílio moradia, vedando expressamente a aprovação de créditos



adicionais ou qualquer forma de remanejamento orçamentário para cobrir os custos dos novos parlamentares.

A Emenda nº 2 suprime a previsão de auditoria dos dados do censo pelo TCU e da possibilidade de sua desconsideração para distribuição das bancadas da Câmara, caso não sejam considerados confiáveis.

A Emenda nº 4, aprovada na forma de Subemenda do Senador relator, estabelece que a distribuição de vagas terá como base os dados oficiais do **último** censo demográfico realizado pelo IBGE.

No seu retorno à Câmara dos Deputados, para apreciação das modificações aprovadas no Senado Federal, a matéria foi distribuída às Comissões de Finanças e Tributação (art. 54 e mérito) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 e mérito).

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

As Emendas oriundas do Senado Federal contemplam medidas que aprimoram o texto aprovado na Câmara dos Deputados, motivo pelo qual devem ser acolhidas.

A Emenda nº 1 limita as despesas decorrentes do aumento do número de Deputados. Trata-se de medida correta, tendo em vista a necessária atenção às contas públicas.

A Emenda nº 2 suprime os dispositivos que dava competência ao Tribunal de Contas da União (TCU) para realizar auditorias na metodologia aplicada pelo IBGE ao censo demográfico. A supressão dos dispositivos aperfeiçoa a matéria, afinal é o IBGE a entidade que melhor reúne as competências necessárias para realização dos censos.

Já a Emenda nº 3 (No Senado, Emenda nº 4, acolhida parcialmente, com Subemenda) suprime todos os incisos do art. 2º do texto, e aperfeiçoa a redação do caput, fazendo referência ao último censo como parâmetro para fins de distribuição das vagas entre as unidades da Federação.



Como dito, todas aperfeiçoam o texto aprovado anteriormente pela Câmara e por essa razão, devem ser aprovadas quanto ao mérito. São todas, igualmente, constitucionais e jurídicas.

A técnica legislativa empregada na redação das emendas também é adequada, dispensando qualquer reparo.

Ante o exposto, pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), somos pela adequação financeira e orçamentária da matéria, e, no mérito, pela aprovação de todas das emendas do Senado Federal.

Pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2023 e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em        de        de 2025.

Deputado DAMIÃO FELICIANO  
Relator

